
O DISCURSO HIGIENISTA SOBRE A FAMÍLIA MODERNA: A MULHER SADIA

Soraya Maria Barros de Almeida Brandão
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
sorayabrandao@uol.com.br

Se a natureza, oh! Mulher,
De ser mãe deu-te o prazer
Segue a lei da natureza
Cumpra de mãe o dever.
(Dr. T. Vianna)

O processo de urbanização e a consolidação do Estado Nacional no século XIX, implicava em uma nova organização da família (surgimento da família burguesa), redefinindo o papel feminino no interior do lar. O novo papel da mulher nas relações da família burguesa foi marcado pela valorização da intimidade e maternidade, pela importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos. Segundo Costa (1983, p.87), “O sentido de intimidade familiar, tal como começou a ser concebido e estimulado pelos médicos do século XIX era, até então, inexistente ou despercebido”. Esse sentido de intimidade de família se fortalecia associadamente ao “sentimento de infância” que a sociedade também passava a construir e a consolidar.

A situação de inferioridade em que a família colonial colocara a mulher, tratada como oprimida e subjugada ao poder do homem, dava vez à medicina higiênica para intervir no convívio familiar. Essa intervenção respondia pela necessidade de organização da cidade e da ordem pelo Estado. Com isso, houve um deslocamento de poder: do poder paterno colonial, fundamentado na ética religiosa e no domínio do latifúndio, para o poder do Estado, baseado no saber moral, através da medicina moral, especialidade médica que teria direitos sobre a moral privada e pública dos indivíduos (COSTA, 1983). A medicina higiênica defendia a idéia de que a família era incapaz de educar seus filhos, sendo necessário a intervenção médica nessa função.

Assim, os médicos chamados então de “higienistas”, “sanitaristas”, “higiênicos”, em nome da saúde, estabeleceram alianças com as famílias, principalmente com as mulheres, visando, dentre outros interesses, o rompimento com o modelo de família patriarcal, condição necessária à sobrevivência do Estado. Desta forma, como diz Costa (1983, p. 70), “[...] os médicos afirmam que, através da higiene, o poder estatal vai

conseguir dos indivíduos a completa servidão”. Embora ao Estado interessasse a quebra do modelo patriarcal, defendendo inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, modificações nas relações homens/mulheres, interessava-lhe também disciplinar a família, reforçando os poderes do homem sobre a mulher, agora sob seu comando.

Sobre isso Costa (1983, p. 48) aponta que “a ordem familiar vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do estado e da pátria”. Para ele, o trabalho de persuasão higiênica, era fundado na idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependia de sua sujeição ao Estado.

Dessa forma, a submissão do indivíduo ao Estado representava prova de boa saúde, tendo-se, pois, o amor à pátria como sanidade e a incapacidade de amá-la como doença.

A intervenção médica na família, cujas medidas, entre outras, de desenvolver a salubridade, a recomendação à educação física, o cultuar o amor à pátria, a execução de campanhas de moralização e higienização das populações que colaboraram para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral, imbuíu as mães de um sentimento de cuidado, proteção e afetividade. Ao lado disso, emergiu a preocupação com a infância, passando os pais a terem um maior interesse pelo “desenvolvimento físico-sentimental dos filhos” (COSTA, 1983).

Rago fala da promoção de um novo modelo de feminilidade, dentro da família nuclear, traduzido na questão esposa/dona-de-casa/mãe-de-família, no interior da qual existia a preocupação especial com a criança.

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe [...] (RAGO, 1985, p.62).

A atenção para medidas higiênicas teve como ponto de partida os altos índices de mortalidade infantil incidentes na família colonial, atribuídos à prática de amamentação das amas-de-leite e à insalubridade geral em que vivia a sociedade. As epidemias, as febres, dentre outras enfermidades, aterrorizavam a administração colonial que encontra, nas ações anti-higiênicas dos habitantes, um dos maiores

empecilhos à saúde da cidade. Rago (1985, p. 119) destaca que aos higienistas era delegada a função de conselheiros familiares, cuja função era orientar os pais na proteção aos filhos e às mães nas tarefas domésticas e na educação destes.

A proteção à infância, no Brasil, teve como um dos maiores representantes o médico Moncorvo Filho, fundador da primeira instituição de proteção à infância, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no ano de 1899, no Rio de Janeiro. Esta instituição tinha como objetivos o aleitamento, o amor materno e a educação das crianças.

As imposições dessa nova ordem familiar, respaldada pela ciência, asseguravam traços caracterizadores da mulher, por supostas razões biológicas: fragilidade, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, vocação materna. Para os higienistas, ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar. Assim, a ciência médica valorizava a mulher em função do seu papel materno e tinha como objetivo assegurar sua natureza reprodutora enquanto função biológica, à qual associava um conteúdo moral: “Para a maior parte dos médicos, a mulher não só se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais” (DEL PRIORE, 1997, p.79)

Com o ritmo das mudanças ocorridas devido ao intenso crescimento dos contingentes urbanos e ao desenvolvimento da indústria e do comércio, a mulher é atraída para as ruas. No discurso higienista, o acesso da mulher ao público levava à diluição da intimidade familiar, e ao risco de sua entrega ao mundanismo. Este fato permitiu ao Estado intensificar a participação do médico da família no interior da casa, como já foi referido, acentuando, para a mulher, seu papel de esposa - mãe - dona de casa, ao qual se acrescentava também o papel de mediadora entre filhos e Estado. A mulher tinha como missão preparar os filhos para a pátria.

Os positivistas, os liberais, os médicos, a igreja, os industriais e mesmo muitos operários anarquistas, socialistas e, posteriormente, os comunistas incorporaram o discurso de valorização da maternidade, progressivamente associado ao ideal da identidade nacional. [...] a figura da ‘mãe cívica’ passa a ser exaltada como exemplo daquela que prepara física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria (RAGO, 1997, p.592).

Costa (1983, p.73), aborda essa idéia da figura de mãe cidadã mostrando-a como mediadora:

A mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico. Tradicionalmente presa ao serviço do marido, da casa e da propriedade familiar, a mulher ver-se-á, repentinamente, elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado (COSTA, 1983, p.73).

O convencimento em voga sobre a existência de uma “natureza feminina”, expressa por fragilidade e afeto, legitimado pelo pensamento científico da época, levou os médicos higienistas a discursos amedrontadores sobre as conseqüências maléficas de contrariar-se essa natureza. Segundo Telles,

Empreenderam campanhas para convencer as mulheres a amamentar. Visavam também à ‘mãe educadora’ sob vigilância do médico da família. [...] doçura e indulgência eram atributos que se somavam aos anteriores para demonstrar a inferioridade da mulher, cujo cérebro, acreditavam, era dominado pelo capricho ou instinto de coqueteria. Para que não adoecesse, era preciso que aceitasse o comando do homem e se dedicasse inteiramente à maternidade e à família (TELLES, 1997, p. 429).

A definição das atividades femininas como naturais e ligadas ao lar ensejou em médicos ingleses a radicalização da defesa da reprodução da espécie frente ao desenvolvimento do cérebro, pois defendiam que “desenvolver o cérebro, implicava em não nutrir o útero e, por isso, se o fizesse, ela não poderia mais servir à reprodução da espécie” (TELLES, 1997, p. 432).

De acordo com Costa (1983, p.14), os higienistas difundiram a idéia de que “o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas”. Ainda segundo a ciência médica, divulgada então, “o crânio feminino assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família” (RAGO, 1997, p.592).

Enfim, ao longo da obra de Costa (1983), podemos ver que a nova ordem familiar produzida pela ordem médica investiu em conceitos que subestimaram e inferiorizaram a mulher, formando indivíduos domesticados a serviço do Estado, de modo que todas as condutas que não correspondessem às exigências deste fossem consideradas antinaturais e anormais.

Costa adverte que no Brasil, as ações higienistas incidiram exclusivamente nas famílias burguesas, modificando sua conduta física, intelectual, sexual, moral e social

com vistas à consolidação do modelo econômico e político vigente. Pode-se então dizer que, como a casa colonial não sobrevivia sem o braço escravo, a casa moderna precisava da ação médica.

Essa abordagem evidencia que os médicos procuravam explicar a especificidade da mulher pela inferioridade física, intelectual e psicológica, tentando provar, através da ciência, que a mulher foi moldada pela própria natureza para a domesticidade, negando-lhe capacidades para atividades além da maternagem. Foi com base nessa visão biológica que muitas funções sociais se estabeleceram para a mulher e que fortaleceu-se a ideologia da domesticidade feminina.

Aranha e Martins (1986, p.70) definem ideologia assim:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade de classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera de produção (ARANHA; MARTINS, 1986, p.70).

O caráter regulador da vida social procedente da ideologia se desdobra também em dissimulação e naturalização de causas na sociedade de classe.

A ideologia da domesticidade feminina foi apresentando a mulher como “rainha do lar”, e explicando-a pela fragilidade, sensibilidade, pela incapacidade de assumir responsabilidades além daquelas associadas à maternidade e aos cuidados domésticos, todas essas qualidades tomadas como naturais.

Como ocorre às ideologias, a ideologia da domesticidade naturaliza os fenômenos e os universaliza. Adentrando a subjetividade feminina, fez com que a mulher não só se reconhecesse com essas qualidades inferiorizadas, como também as reproduzisse.

Ainda quanto à condição da mulher, evidenciamos que higienistas, religiosos e conservadores se colocaram obstinadamente contra a emancipação feminina, convencidos por argumentos naturalizadores e presos ao espaço privado, negando à

mulher qualquer instrução ou a instrução apenas necessária à realização das tarefas alinhadas à sua missão doméstica, maternal e de esposa.

Estes atores sociais procuravam persuadir as mulheres de que o amor materno era inato, puro e sagrado e que a maternidade e a educação das crianças representavam sua vocação natural. A mulher, então, deveria compreender a importância de sua missão de mãe, assumindo as tarefas domésticas, especificamente o papel de esposa/dona-de-casa/ mãe. Assim, as que não exercessem essa missão, “predeterminada pela natureza”, seriam consideradas anormais, além de colocarem em risco o futuro da nação, idéia circundante quando a mulher passa a ser considerada baluarte moral da família e mediadora entre os filhos e a Pátria.

Badinter (1985) contesta esta idéia, mostrando que o sentimento materno não é universal. Baseia-se em exemplos tanto do abandono de crianças por parte das mães que entregam os filhos às amas-de-leite, em séculos anteriores ao XVIII, quanto na indiferença de mães por seus filhos. A autora defende, pois, que o decantado sentimento natural de amor das mães pelos filhos não passa de um mito:

[...] estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus ‘deveres maternais’. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito na atribuição das funções da ‘maternagem’ à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza (BADINTER, 1985, p.17).

O parâmetro “natureza feminina” acostado à natureza fez com que, durante séculos, a mulher assumisse atividades estritamente domésticas ou com estas correlacionadas. A preocupação com a educação da mulher visava prepará-la não para a vida profissional pública, mas sobretudo para o exercício das atividades domésticas. Para ela, o privado, longe do público.

É importante ressaltar que, concomitantemente ao movimento higienista, despontam grupos unidos de conservadores para disciplinar qualquer iniciativa que pudesse ameaçar a moral e os bons costumes da família, a exemplo da Ação Integralista Brasileira, constituído pelos Camisas Verdes (homens) e as Blusas Verdes (mulheres).

Este movimento lutou contra a liberdade da mulher, retomando o discurso do cumprimento das responsabilidades da mulher com o lar, os filhos, o marido, e principalmente com a pátria, tendo como bandeiras a luta nacionalista e a defesa das tradições e dos valores morais (SILVA, 2007).

A idéia de que a mulher não é apenas sentimento e emoções, mas que possui a mesma capacidade de pensar e realizar atividades no âmbito público levou muitas mulheres a se rebelarem, a exemplo de Nísia Floresta (1809-1885), precursora do movimento feminista no Brasil, que escreveu, livros em defesa da mulher, entre os quais “Opúsculo Humanitário”, em 1853, combatendo o preconceito e condenando os erros seculares que pesavam em torno da educação da mulher. Simone de Beauvoir (1908-1986), também exemplificou essa reação denunciando, em sua obra “O Segundo Sexo” (1949), a exclusão das mulheres do espaço público, em função da naturalização do papel feminino. Então, entre reações e contra-reações, conflitos e medos, surge uma nação feminina que se movimenta tanto no espaço privado quanto no público: lares, creches, escolas, fábricas, sindicatos, etc.

Na segunda metade do século XX, no Brasil, surge o Movimento Feminista, consolidado nos anos setenta do mesmo século. “Na Paraíba, sua expressão se deu, nos fins da década de 1970, através do Movimento Feminino pela Anistia que, embora não fosse um movimento feminista, deu origem ao primeiro grupo assim caracterizado no Estado: o Centro da Mulher de João Pessoa” (RABAY, 2000, p.91). Seu nome foi mudado para Grupo Feminista Maria Mulher, em 1980.

Este movimento caracterizou-se pela luta em favor da criação e visibilidade dos direitos da mulher: à educação, a melhores condições de trabalho, direito ao voto, além do combate aos maus tratos que as mulheres sofriam no interior das fábricas, denunciados pela escritora comunista e feminista Patrícia Galvão (Pagu), no seu romance Parque Industrial (BANDEIRA, 2000, p.21). Educação e trabalho fora de casa constituíram-se, pois, as primeiras bandeiras de luta na emancipação das mulheres.

Observamos, nesta exposição, vários nexos que constituíram o que se dizia ser a essencialidade, a natureza feminina, e, ao mesmo tempo, apreendemos indicadores rebeldes à essa essencialidade centrada em funções biológicas, parametrada pela maternidade, domesticidade e qualidades emocionais. A mulher que luta por sua afirmação no tecido social amplo, não apenas doméstico, que se afirma e até se encanta

com suas qualidades emocionais e que, também, se realiza por suas capacidades cognitivas, executivas, políticas, enfim, essa mulher apontava uma essencialidade social, cultural e histórica em andamento na sociedade brasileira. Na mulher como em todos os sujeitos, o histórico e o natural se dão como síntese.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, M. L. **Honradas e devotas. Mulheres da Colônia. Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste. 1750-1822.** Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1992.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** São Paulo: Moderna, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Tradução de Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: Memória e História. In SALES, Celecina de Maria Veras e Et All (org). **Feminismo: Memória e História.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. (Org). **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **A família no Brasil colonial.** São Paulo: Moderna, 1999. Coleção Desafios.
- DIDONET, Vidal. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. 1997. In DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.
- FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário.** Ed. Atual com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe – Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: INEP, 1989.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RABAY, Glória de Lourdes Freire. O movimento feminista na Paraíba: Conquista e Desafios. In SALES, Celecina de Maria Veras e et all (org). **Feminismo: memória e história.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Trabalho feminino e sexualidade. PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, Giselda Brito. “Mulheres! Seu lugar é em casa!” In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 2. nº 16. Rio Janeiro: SABIN, 2007.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.